

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.107 - MG (2019/0037826-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**RECORRENTE** : MONICA FERREIRA ARAGAO  
**ADVOGADOS** : REGINA GENI AMORIM E JUNCAL - MG167470  
JULIANA BARBARA BARROS MELO - MG128763  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por MONICA FERREIRA ARAGAO, contra acórdão que denegou a ordem no *writ* manejado perante o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.064122-7/000).

A recorrente, presa em flagrante no dia 8/11/2017 (e convertida a custódia em preventiva), foi denunciada e condenada como incurso nas sanções dos delitos previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, e art. 16, parágrafo único, IV, da Lei n. 10.826/2003 à pena privativa de liberdade de 5 (cinco) anos de reclusão e 1 (um) ano de detenção, no regime inicial semiaberto, sendo mantida a sua custódia cautelar (e-STJ fl. 44).

Irresignada com a manutenção da prisão cautelar, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem. A ordem, como antes relatado, foi denegada, nos termos do acórdão de e-STJ fls. 70/84 (embargos de declaração rejeitados às e-STJ fls. 101/108), assim ementado:

**HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS - POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO - SENTENÇA CONDENATÓRIA - DENEGADO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - MANUTENÇÃO - REGIME SEMIABERTO - SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA DOMICILIAR - INVIABILIDADE - ORDEM DENEGADA.**

*-A sentença condenatória que negou a paciente o direito de recorrer em liberdade foi devidamente motivada e fundamentada nos requisitos legais.*

*- Os motivos que ensejaram a manutenção da paciente no cárcere durante toda a instrução se mantiveram inalterados, não havendo que se falar, portanto, em constrangimento ilegal.*

*-O art. 318 do CPP autoriza o juiz a substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados do filho menor de 12 anos, bem como da impossibilidade de deixá-lo sob os cuidados de outra pessoa. Contudo, não havendo prova nos autos de que a medida é absolutamente necessária, de que o filho da paciente não tenha com quem ficar, não se verifica a hipótese descrita no inciso III do art. 318 do CPP.*

*- Ademais, há que se ressaltar a gravidade concreta do delito, tendo em vista a grande quantidade de entorpecentes apreendidos na residência da paciente e a ausência de comprovação de possuir filho menor de idade.*

*- Ordem denegada.*

Nas razões do presente recurso (e-STJ fls. 112/134), a recorrente suscita a nulidade das decisões que decretaram/mantiveram a sua prisão preventiva, por fundamentação inidônea (gravidade abstrata do delito) e ausência dos requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar, previstos no art. 312 do CPP. Aduz que não houve a indicação dos elementos concretos que justificassem a necessidade da medida extrema.

Pondera a recorrente que possui condições pessoais favoráveis e um filho menor de 12 (doze) anos, razão pela qual faz jus à concessão da prisão domiciliar, invocando *Habeas Corpus* coletivo n. 143.641/SP e o art. 318, V, do Código de Processo Penal para amparar a sua tese.

Requer, liminarmente e no mérito, seja revogada a sua prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura, com ou sem a imposição de medidas cautelares diversas. Subsidiariamente, pede a substituição da prisão preventiva pela domiciliar, pleiteando, ainda, que esta Corte solitice *diretamente a certidão de nascimento pelo sistema CRC-Jud para que reste comprovada a situação de maternidade da Paciente* (e-STJ fl. 134).

Processo distribuído a esta relatoria por prevenção do HC n. 484.121/MG.

É o relatório. **Decido.**

O presente recurso ordinário em *habeas corpus* é manifestamente inadmissível.

Primeiro porque o tópico afeto à legalidade da fundamentação da prisão preventiva da recorrente, mantida na sentença condenatória, já analisado por esta Corte Superior, no julgamento do RHC n. 96.088/MG (ocorrido em 17/5/2018), ocasião em que foi considerada idônea a motivação da medida extrema. O referido acórdão foi assim ementado (e-STJ fls. 70/84):

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE NOVO TÍTULO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. GRAVIDADE DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO IMPROVIDO.**

1. Para a Quinta Turma desta Corte, a sentença condenatória que mantém a prisão cautelar do réu somente constitui novo título judicial se agregar novos fundamentos, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, situação não presente nos autos.

2. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

3. Na espécie, verifica-se que a prisão encontra-se fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, ante as circunstâncias do caso concreto que denotam uma propensão da recorrente à prática delitiva, sobretudo a apreensão de considerável quantidade de drogas - 1.029,30g de maconha, 778.05g de cocaína, -, além de material para dolagem da droga e duas munições calibre .12, ficando evidenciada, dessa forma, a periculosidade social do agente, e justificada,

*nesse contexto, a segregação cautelar como forma de resguardar a ordem pública e de conter a reiteração delitiva.*

*4. Eventuais condições subjetivas favoráveis à recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes.*

*5. Recurso ordinário improvido.*

Segundo porque **ausente a prova pré-constituída do direito alegado** (pedido de concessão de prisão domiciliar).

O rito do *habeas corpus*, e do recurso ordinário a ele inerente, em razão da necessária celeridade, pressupõe a apresentação de prova pré-constituída do direito alegado, sob pena de não conhecimento da ordem.

Diante disso, o impetrante deve demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos e cópia das decisões impugnadas, a existência do constrangimento ilegal imposto à recorrente, o que, no caso, não foi feito. Isso porque este recurso, apesar de interposto por advogada, não está instruído com a documentação necessária à compreensão da controvérsia e ao exame da plausibilidade do pedido: a **certidão de nascimento do filho da recorrente não foi carreada** e não cabe a esta Corte Superior diligenciar nesse sentido.

Nesse sentido, confirmam-se precedentes desta Corte:

*[...] 4. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência do aventado constrangimento ilegal, ônus do qual não se desincumbiu a defesa. [...] (HC 355.769/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 4/8/2016, DJe 9/8/2016) – (grifo nosso).*

*[...] 3. Não tendo sido juntado aos autos o decreto preventivo, fica inviável a comprovação da alegada ausência de fundamentos. 4. O rito do habeas corpus pressupõe prova pré-constituída do direito alegado, devendo a parte demonstrar, de maneira inequívoca, por meio de documentos, a existência de constrangimento ilegal imposto. 5. Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no HC 359.225/SP, minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 28/6/2016, DJe 1º/8/2016) – (grifo nosso).

*AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA EM PRONÚNCIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma. (Súmula n.º 182 desta Corte). 2. Cabe ao impetrante o escorreito aparelhamento do habeas corpus, bem como do recurso ordinário dele originado, indicando, por meio de prova pré-constituída, o constrangimento ilegal alegado. 3. É inviável divisar, de forma meridiana, a alegação de constrangimento, diante da instrução deficiente dos autos, no qual se deixou de coligir cópia da decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, documento imprescindível à plena compreensão dos fatos aduzidos no presente recurso. 4. Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 48.939/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe 23/4/2015) – (grifo nosso).*

Registra-se, ainda, que o Tribunal local afirmou que, naquela instância, a certidão de nascimento do filho(a) menor da recorrente também não foi carreada. Considerou, por fim, ser inadmissível a concessão de prisão domiciliar porque os objetos ilícitos (drogas e arma) foram apreendidos na residência da recorrente, circunstância que se enquadra na excepcionalidade prevista no *Habeas Corpus* coletivo.

Nesse contexto, diante da ausência da prova pré-constituída do direito alegado, o indeferimento liminar do recurso é medida que se impõe.

Ante o exposto, nos termos dos arts. 38 da Lei n. 8.038/1990 e 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do STJ, **nego seguimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*, por manifestamente inadmissível.

Publique-se. Intimem-se.

Comunique-se ao Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

